

RESENHA: OS VERDADEIROS LIMITES DA DEMOCRACIA E A IMPOSSIBILIDADE DO IDEÁRIO DO SOCIALISMO NO SÉCULO XXI

Sarah Brasília de Toledo^[1]

BAVA, Silvio Caccia. "A construção democrática e o futuro". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2, Nº. 07, Fevereiro de 2008, p. 4 e 5.

Em tempos correntes, a discussão acerca dos limites da democracia tem sido objeto de muitas das discussões travadas no seio de setores da mídia progressista ou das que se intitulam de esquerda. Os recentes e periódicos escândalos políticos gerados pela libertinagem de indivíduos que desfrutam de poderes no interior do estado brasileiro protagonistas da sórdida corrupção, assim como a promiscuidade interpartidária fruto de interesses individuais tem trazido à tona sérios embates no interior de significativos setores acadêmicos acerca do futuro da política e da democracia, e a busca de soluções possíveis para os problemas que cercam a matéria presente. Na esteira de tal problemática é que surge a idéia do "socialismo do século XXI", tal como apresentado no periódico *Le Monde Diplomatique* publicado em fevereiro de 2007.

Em matéria intitulada *A construção democrática e o futuro*^[2], partindo da crise política atual assistida no Brasil, o autor discute acerca das debilidades da política brasileira e de como a questão é tratada e, por conseguinte intensificada, pela "grande mídia", a qual sempre atrelaria a discussão a uma questão ética, deslocando assim, o centro de gravidade das questões a serem resolvidas pelo congresso, que deveriam englobar os temas nacionais. A política tornar-se-ia, portanto, meios de ascensão individual dos parlamentares, excludente, portanto, do interesse público: "A política se transforma assim, em um balcão de negócios, que faz pouco caso das necessidades e demandas da sociedade, e ri às escondidas quando ouve falar em público".

Ao mesmo tempo, a escalada neoliberal teria contribuído na intensificação de tal situação, já que o estado estaria assumindo um papel cada

vez mais frágil, no que toca a gestão da economia. Daí que "Os corpos intermediários, notadamente os partidos, afastam-se cada vez mais dos setores majoritários do corpo social. A crise atual é a culminância de um movimento de deslegitimação do poder político, intrinsecamente destruidor da democracia"^[3].

A solução possível sugerida pelo autor encontrar-se-ia, pois, na educação, sendo a participação ativa dos cidadãos a melhor escola. Portanto, o diapasão resolutivo de tal arcabouço problemático estaria centrado na conscientização dos indivíduos acerca de seus direitos de participação e poder de decisão no interior da democracia, fortalecendo assim as instituições democráticas. Embora reconheça que os fins da democracia nunca fora alcançado na história, a saber – em sua concepção –, a transferência do poder ao povo, reconhece certa particularidade na situação política latino-americana, onde "a democracia serviu para a legitimação de governos que promoveram a implementação de políticas neoliberais, ampliando as desigualdades sociais e provocando o empobrecimento ainda da maioria da população"^[4].

Os governos que aparentemente ofereceriam propostas esquerdistas teriam sido engolfados pela lógica neoliberal, "passando a buscar alianças com setores conservadores e adotando as regras da política tradicional".

Tal quadro, portanto, exigiria reformas profundas no interior da gestão democrática, posto que, subsumido ao neoliberalismo o estado teria se tornado refém de interesses privados. Em contrapartida, o fortalecimento das instituições mediante pressão dos movimentos sociais e a participação gradual dos setores populares até então marginalizados na esfera da participação política seria *conditio sine qua non* para a efetivação da democracia e por sua vez, do socialismo. O socialismo do século XXI seria a construção de uma democracia global pautado na participação cidadã de cada indivíduo, onde este alçaria sua supremacia frente ao estado, de sorte que a humanidade controlaria o capital.

Ora, acreditar na proposta do "socialismo do século XXI" é negar a própria essência do estado, que é *per si* contraditória. O estado nada mais é do

que produto das debilidades histórico-humanas de auto regência dos indivíduos, e, nesse sentido, configura-se como usurpador das energias sociais. A história é pródiga em nos ensinar. Tanto o estado grego, quanto o moderno e o atual expressam a mesma assertiva. Embora dotado de contornos políticos distintos, posto que cada fase histórica apresenta especificidades em toda dimensão da vida socioeconômica, devido aos respectivos graus de desenvolvimento do modo como os homens produzem e reproduzem suas vidas, o estado sempre representou tal debilidade. A história, que é a história da individualidade, precisou percorrer um longo caminho de desenvolvimento até alcançar base material satisfatória capaz de *proporcionar* ao homem condições de se auto-reger, livrando-o da submissão externa à natureza e à comunidade^[6], mas que sob a posterior formação social capitalista acaba por canalizar tal submissão ao próprio capital e as formas jurídico-políticas que o legitimam.

Para clarificar o exposto acima, valemo-nos de uma frase atribuída a Protágoras a respeito da democracia, a qual o autor do artigo do periódico a utiliza visando definir conceitualmente a democracia, a saber: “A política é a arte de adquirir poder na polis; e o ensino da política consiste em fazer com que os educandos aprendam como ter o máximo de poder na polis, pela ação e pela palavra.”

Assim visto, transparece, pois, que o autor não identifica a particularidade histórica da sociabilidade sob a qual pôde se erguer tal forma de pensamento. A democracia *direta* grega, particularmente a ateniense, muito usada como exemplo de perfeição administrativo-política pelos defensores da democracia, deve-se ser compreendida em sua totalidade histórico-específica para evitar abstrações equivocadas. Assim, a estruturação econômico-social ateniense forjada após as reformas de Sólon e que alcançou seu auge no século V sob o governo de Péricles, é que possibilitou a emergência da democracia, na medida em que os interesses individuais não se contrapunham aos comunitários, pelo contrário, convergiam para o mesmo propósito, a saber: assegurar e ampliar as terras, assim como sua extensão, ou seja, os escravos. Além disso, a democracia grega excluía a participação de escravos e

mulheres. Portanto, a inexistência de interesses contrapostos no seio da comunidade ateniense é que permitiu tal formação política. Dito de outro modo, a democracia fora somente possível, devido à semelhança de interesses entre os indivíduos no seio da comunidade.

Sobre a sociabilidade do capital, engendrada pela forma de produção capitalista-alienada, que separa o produtor de seu produto mediante a divisão social do trabalho, negando a este de se reconhecer enquanto produtor de sua mundaneidade, a democracia necessariamente abrevia-se em uma abstração.

Basta voltarmos os olhos ao estado burguês surgido quando da revolução francesa. Os ideais de igualdade e liberdade cristalizados no *Direitos do Homem e do cidadão* tão propalados pelos sujeitos revolucionários – a burguesia – respondiam aos anseios burgueses forjados em razão de sua necessidade enquanto classe. Nesse sentido, a igualdade apenas poderia se cristalizar no âmbito abstrato-jurídico, dado as disparidades de interesses entre as classes e a necessidade burguesa de assegurar o poderio estatal capaz de viabilizar a efetivação de seus interesses: era preciso o fim do universo estamental e mercantil para assegurar a liberdade do capital nascente. Fez-se então, o estado burguês, à forma e semelhança de seus progenitores. Em uma palavra: o estado assume a forma da própria estruturação social na qual se assenta e é fruto, de forma mais transparente.

Assim sendo, sobre o estado capitalista, a democracia política que também fora *conquistada*^[6], somente pôde-se a ser em função das diferenças materiais presente na nova formação societária. Dito de outro modo e desdobradamente: a existência das distinções materiais decorrentes da forma societária assentada no capital é que proporciona a igualdade jurídica e política dos indivíduos. É o egoísmo racional o pai da igualdade: sou igual *abstratamente*; o ser cidadão só o é porque *materialmente* posso ser diferente e, nesse sentido,

“Onde o estado político tenha atingido o pleno desenvolvimento, o homem leva, não só no pensamento, na consciência, mas na realidade, na vida, uma dupla existência – celeste e terrestre. Vive na comunidade política, em cujo seio é considerado como ser

comunitário, e na sociedade civil, em que age como simples indivíduo privado, tratando os outros homens como meios, degradando-se a si mesmo em puro meio e se tornando juguete de poderes estranhos (...) O estado político, em relação à sociedade civil, é precisamente tão espiritual como o céu em relação à terra”^[7]

Sumariamente, portanto, a política busca corrigir as diferenças, deslocando para uma esfera abstrato-jurídica as imperfeições intrínsecas da sociabilidade capitalista, particularmente sob o contorno democrático. Ao mesmo tempo, enquanto *forma política* a democracia configura-se como a mais adequada para reger a conduta humana ainda que de forma alienante sob o jugo do estado e do capital, na medida em que expõe as contradições societárias com maior fulgor. Entretanto, não busca romper com as limitações impostas pelo chão humano-societário que a cerca, produtor do indivíduo egoísta:

“nenhum dos supostos direitos do homem transcende ao homem egoísta, ao homem enquanto membro da sociedade civil(...)o homem está longe de ser concebido como um ser genérico;pelo contrário, a própria vida genérica –a sociedade – aparece como sistema externo ao indivíduo, como limitação de sua independência originária. O único nexos que os ata é a necessidade natural, a carência e o interesse privado, a preservação de sua propriedade e de seus interesses egoístas” ^[8].

A questão que se põe é exatamente a de que mesmo a democracia sendo produto da emancipação *política*, ainda assim está atrelada ao universo da ontonegatividade da politicidade. A emancipação humana e o pleno desenvolvimento do indivíduo, livre de qualquer limitador externo pressupõe o fim do estado e conseqüentemente da política.

O ideário do socialismo que transita no interior da democracia e encontra seu ponto de chegada na mesma, no estado de direito e no cidadão consciente e ativo na vida política constitui-se então, apenas um ideário, posto a impossibilidade real de o estado – atual –, enquanto propulsor e defensor de interesses do capital, não poder *por natureza* de sua essência, defender interesses contrários ao do capital. Daí o imperativo marxiano acerca da

revolução, já há muito esquecido, *talvez* menos pelas impossibilidades reais e circunstanciais que pela larga utilização do discurso conservador e liberal que vê nos desdobramentos frustrados das revoluções socialistas ocorridas no século XX exemplos das impossibilidades revolucionárias, reafirmando em contrapartida, a supremacia da democracia enquanto valor universal. Nesse sentido é que a fé na política acaba por configurar-se como homogeneizante dentre todas as propostas sócio-políticas de finais do século XX, e o “politicismo, pois como herança mais ‘natural’ e funesta de um século radicalmente emblemático e contraditório”.^[9]

Não obstante é que a centralidade teórica em torno da democracia se efetivou em grande medida, também como decorrente das sucessivas derrotas operárias ao longo do século XX, estando diretamente atrelada aos conflitos internacionais do pós II Guerra onde a luta anti-stalinista forçava o movimento direitista em plano internacional defensor da democracia, que, para varrer toda sorte de riscos, valia-se de negar tudo o que não foi, não era e “não poderia” ser uma democracia. Na esteira de tal problemática é que os partidos de esquerda foram gradualmente pendendo para a social-democracia e o *euro-comunismo* passa a engolfar a esmagadora maioria da esquerda, fornecendo-lhes um estatuto teórico conveniente à manutenção do *status quo* do capital e assim, da política e do estado. Portanto, denota-se que a emergência do arcabouço teórico-ideológico que preenche o “estatuto metodológico” do socialismo do século XXI configura-se também como fruto de tais determinações ideológicas, devendo, pois, ser compreendido em sua totalidade histórica.

Quanto ao caso brasileiro, a particularidade em relação à forma específica de entificação do capitalismo nos revela os limites da política que enquanto forma representativa da sociedade civil representa as próprias condições de tal sociedade, debilitaria em função da própria historicidade em que se formou o capital atrofico, donde a política apenas reflete tais debilidades. Ao mesmo tempo, o fim da esquerda e a homogeneidade teórica de caráter *politicista* dos partidos em cena acaba por não oferecer opções ou parâmetros de ação e intervenção na caótica realidade, canalizando e

potencializando toda a discussão da vida social e econômica para a política; como esta sempre age de forma submissa ao capital – lembremos que no Brasil, o capital atrofico –, a percepção popular da perversidade da política torna-se visível e prosaica. Daí que “A náusea pela política é a intuição popular/prosaica do caráter pervertido da política”^[10]

Visto de tal ângulo, a corrupção e todo leque problemático que compõe o esqueleto político-administrativo brasileiro ganham lineamentos justificativos e a indignação passa a ganhar explicação histórica e não somente ser sujeita de discursos ético-morais. Ao mesmo tempo, a explicação não exclui a culpa e a sordidez das atitudes dos atores políticos brasileiros, pois, deve-se lembrar o papel ativo dos indivíduos e seu papel enquanto sujeitos históricos. Embora o autor aqui discutido tenha tentado assim o fazer, apreendendo o impacto da escalada neoliberal sobre o estado brasileiro, assim como suas resultantes, não apreende as particularidades brasileiras e, sobretudo, fica preso a concepções equivocadas de estado, democracia e política, o que acaba por conferir ao texto o caráter politicista e ilusório quanto à efetivação de um pretenso socialismo, espectro em tempos correntes. Por fim, a crítica traçada pelo autor, limitada em função de ser desenhada no interior da democracia e da política, acaba se voltando contra o próprio ideário bordado ao longo do texto pelo autor, na medida em que ao mesmo tempo em que busca oferecer uma proposta de transição para o socialismo no interior da democracia, acaba por corroborar com a reiteração e preservação do *status quo* de nossa perversa sociabilidade.

^[1] Socióloga, graduada em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André. E-mail: btsarah.16@gmail.com

^[2] Bava, Silvio Caccia. *Le Monde Diplomatique Brasil. Capa: os limites da democracia*. Fevereiro de 2008, p 4 e 5

^[3] *Idem*

^[4] *Idem*

^[5] Ver Marx, Karl. In: *Formações Econômicas pré-Capitalistas*. Paz e Terra, 6ª Edição.

^[6] Lembremos que em muitos dos casos, a democracia política fora conquistada ao longo da história, exemplo bastante clarificador é o *movimento Cartista* inglês, na primeira metade do século XIX, onde dentre outros pontos, exigia-se o voto universal (masculino) e a participação de representantes da classe operária no parlamento.

^[7] Marx, Karl. *Apud* Chasin, José. *A determinação Ontonegativa da Politicidade*. Tomo 3, p. 145. Estudos e edições AD Hominem.

^[8] Marx, Karl. *Apud* Chasin, José. *A determinação Ontonegativa da Politicidade*. Tomo 3, p. 148. Estudos e edições AD Hominem.

^[9] Chasin, José. *A determinação Ontonegativa da Politicidade*. Tomo 3, in *Rota e perspectiva de um projeto marxista*, p. 34. Estudos e edições AD Hominem. “O politicismo é intrínseco à ordem do capital: a ordem econômica é natural, a ordem política é o que resta para o homem configurar, e esta é decisiva, molda a convivência e realiza a justiça(...)a política como autodeterminação na forma de alienação”. *Idem*

^[10] Chasin, José. *A determinação Ontonegativa da Politicidade*. In *rota e perspectiva de um projeto marxista* Tomo 3, p35. Estudos e edições AD Hominem.